

SINDICATO ESTADUAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE, FUNDEPAR E AFINS - SINDISEAB

Setor de Contabilidade e Tesouraria Gestão 2016-2019.

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA GESTÃO 2016-2019

Donizetti Aparecido Rosa da Silva*

RESUMO

Este estudo tem a finalidade de demonstrar o trabalho realizado pela direção do SINDISEAB na gestão 2016-2019. Deste modo, tem como objetivo investigar e demonstrar a importância das atividades desenvolvidas como contribuição para o enfrentamento da onda de notícias falsas que seduzem trabalhadores e trabalhadoras que ainda não desenvolveram a consciência política, mesmo frente à onda de retirada dos direitos com as reformas trabalhista, administrativa e da previdência.

Palavras-chaves: Resistência. Gestão 2016-2019. Receitas. Despesas. Sindiseab.

*diretoria1@msn.com.

1. INTRODUÇÃO

No dia 27 de julho de 2016 os trabalhadores e trabalhadoras, da base sindical do SINDISEAB¹ construíram a plataforma de trabalho 2016-2019. Coube a um grupo de 56 pessoas² gerir os esforços e as lutas para viabilizá-la.

Os sindicatos se desenvolveram, antes mesmos do seu reconhecimento, na constituição de 1988, como um instrumento de representação e defesa dos interesses da classe trabalhadora. A organização dos trabalhadores e das trabalhadoras foi importante para garantir, no texto constitucional, os sindicatos como defensores dos direitos seus direitos. Ao longo da história as mudanças políticas, econômicas e nas formas de produção afetam a organização do trabalho e dos processos produtivos. A segunda metade do século passado, por exemplo, foi marcada por mudanças profundas nas formas de organização da produção capitalista. Introduziu-se novos métodos de produção e tecnologias que modificaram o padrão de produção, em meio a uma

¹ Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA), e seus Órgãos: Instituto Ambiental do Paraná (IAP), Instituto das Águas do Paraná (AGUAS PARANÁ), Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITCG), Serviço Geológico do Paraná (MINEROPAR); Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), e seus Órgãos: Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR). Centrais de Abastecimento do Paraná SA (CEASA), Centro de Agroecologia (CPRA), Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), Instituto de Floresta do Paraná; Superintendência de Desenvolvimento Educacional (FUNDEPAR); Departamento de Imprensa Oficial do Estado (DIOE); Rádio e Televisão Educativa do Paraná (RTVE); Junta Comercial do Paraná; Instituto de Pesos e Medidas do Paraná (IPEM). Fonte: <http://sindiseab.org.br/nucleos>. Acessado em 20 de março de 2019.

² Adevarsir Ceconello Lins, SEAB Campo Mourão; Ana Marcia Altoe Niewegowski, SEMA Curitiba; Antônio Marochio, SEAB – aposentado Maringá; Carlos Henrique de Souza, IAP Ivaiporã; Celso Soares Leitão, ADAPAR Paranavaí; Daniel Gomes Santos, SEAB Curitiba; Donizetti Aparecido Rosa da Silva, SEAB Maringá; Edson dos Santos, IAP Ponta Grossa; Elci Terezinha Veiga Costa, IAP Ponta Grossa; Eldis Claudecil Pereira, AGUAS-PR Paranavaí; Ermes José Chioqueta, IAP Pato Branco; Eurisvaldo Alves, IAP Paranaguá; Geraldo Carvalho de Oliveira, SEAB Irati; Gil Oliveira da Costa, ADAPAR Ponta Grossa; Gilberto Sentinelo, IAP Maringá; Gilmar Vieira Brene, SEAB Londrina; Heriton Rui de Freitas, IAP Maringá; Isabel Leila de Oliveira, ADAPAR Nova Esperança; Jorge Ronei Laurentino, IAP Jacarezinho; José Carlos Bernardo, IAP Umuarama; José Carlos Salgado, IAP Curitiba; Josiane Bitencourt da Conceição, IAP Paranaguá; Laerci da Silva Lima, AGUAS-PR Cruzeiro do Oeste; Larissa de Moraes Rodrigues, ADAPAR Campo Mourão; Luiz Carlos Olivieri, ADAPAR Wenceslau Braz/Jacarezinho; Luiz José Coelho, SEAB Campo Mourão; Manoel de Oliveira, ADAPAR Paranavaí; Marcos Mendes de Araújo, IAP Ivaiporã; Maria Aparecida da Silva, IAP Jacarezinho; Maria Auxiliadora Fernandes, BPP Curitiba; Maria Claudete Colombo, SEAB Londrina; Mario do Rocio Kulyk, IAP Curitiba; Marlene Poposki, SEAB Campo Mourão; Neuza da Silva Pinto, SEAB Londrina; Nilce Maria de Souza, ADAPAR Pato Branco; Olavo Bilac Costa, IAP Paranavaí; Paulo César Scucato Gomes, ADAPAR Ponta Grossa; Pedro Estevan, AGUAS-PR Arapongas; Reinaldo da Silva Ferreira, AGUAS-PR Arapongas; Roberto Barbosa, IAP Paranavaí Aposentado; Roberto Carlos Marques, ADAPAR Colorado; Roberto Carlos Prazeres de Andrade Silva, SEAB Curitiba; Ronie Von Ramos de Assis, ADAPAR Jandaia do Sul; Salete Rosa Boscato, SEAB Pato Branco; Sebastião Garcia de Carvalho, IAP Paranaguá; Sebastião Soares, IAP Jacarezinho; Sinésio José Venâncio, IAP Mandaguari; Sirlene Isoton Mior, SEAB aposentada Coronel Vivida; Temístocles dos Santos Vital, SEMA Curitiba; Valdinei Rodrigues da Silva, IAP Ivaiporã; Valmir Faustino de Souza, ADAPAR Maringá; Vandenir Caetano da Silva, IAP Campo Mourão; Vilson Simplício dos Santos, IAP Umuarama; Waldir José dos Santos, AGUAS-PR Paranavaí; Wilfried Schwarz, IAP Pato Branco; Wilson Santana dos Santos, ADAPAR Paranavaí. Fonte: http://www.sindiseab.org.br/uploads/atas/Ata_de_Posse_Gest%C3%A3o_2016_2019.pdf. Acessado em 20 de março de 2019.

grave crise econômica internacional. Essas mudanças afetaram o trabalho no serviço público, com as reformas do estado e na gestão dos serviços públicos. Além da ofensiva econômica ocorreu uma ofensiva ideológica, com o advento do neoliberalismo³. O neoliberalismo fez uma grande propaganda ideológica do individualismo, buscando jogar os trabalhadores uns contra os outros e desacreditar os sindicatos como instrumentos de organização.

No Brasil, vivemos o retrocesso, depois de um ciclo de governos neoliberais, e outro dirigido por governos populares em aliança com setores conservadores, que reproduziu parte daquelas políticas, cooptou parcelas importantes dos sindicalistas para cargos de gestão. Por fim os setores conservadores golpearam a democracia, depuseram uma presidenta eleita e aprovaram leis que retiram os direitos trabalhistas e reduzem os investimentos sociais.

Foi nesse contexto político, econômico e social que a gestão 2016-2019 assumiu o SINDISEAB. Não deixou de mobilizar os trabalhadores e trabalhadoras. Mas, como todo o movimento sindical, teve dificuldades porque parte importante dos dirigentes sindicais, e dos trabalhadores, se rendeu à lógica do capital e passaram a advogar as ideias dos empresários e dos governos neoliberais, como ficou evidenciado no processo eleitoral brasileiro em 2018.

As razões das lutas sindicais no Brasil são muito parecidas com as lutas travadas ao redor do mundo: resistência às reformas do estado, às privatizações, às mudanças na previdência e na legislação trabalhista.

³ O Neoliberalismo é uma doutrina socioeconômica que retoma os antigos ideais do liberalismo clássico ao preconizar a mínima intervenção do Estado na economia, através de sua retirada do mercado, que, em tese, autorregular-se-ia e regularia também a ordem econômica. Sua implantação pelos governos de vários países iniciou-se na década de 1970, como principal resposta à Crise do Petróleo. Os neoliberais combatem, principalmente, a política do Estado de Bem-Estar social, um dos preceitos básicos da social democracia e um dos instrumentos utilizados pelo Keynesianismo para combater a crise econômica iniciada em 1929. Nessa política, apregoava-se a máxima intervenção do Estado na economia, fortalecendo as leis trabalhistas a fim de aumentar a potencialidade do mercado consumidor, o que contribuía para o escoamento das produções fabris. A crítica direcionada pelo neoliberalismo a esse sistema é a de que o “Estado forte” é oneroso e limita as ações comerciais, prejudicando aquilo que chamam de “liberdade econômica”. Além disso, a elevação dos salários e o consequente fortalecimento das organizações sindicais são vistos como ameaças à economia, pois podem aumentar os custos com mão de obra e elevar os índices de inflação. Dessa forma, os neoliberais defendem a máxima desregulamentação da força de trabalho, com a diminuição da renda e a flexibilização do processo produtivo. Outra premissa básica do neoliberalismo é o desaparecimento do Estado, ou seja, as privatizações. Nesse contexto, defende-se que o Estado é um péssimo gestor e que somente atrapalha o bom andamento das leis do mercado, que seria gerido pela “mão invisível”, anteriormente defendida pelo liberalismo clássico, e que funcionaria pela lei da oferta e da procura, bem como pela livre concorrência. Nesse sentido, a função do Estado é apenas garantir a infraestrutura básica para o bom funcionamento e escoamento da produção de mercadorias, bem como a intervenção na economia em tempos de eventuais crises. Fonte: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-neoliberalismo.htm>. Acessado em 20 de março de 2019.

A grande missão colocado para a classe trabalhadora é o desafio da retomada das lutas e a unificação das mobilizações, reinventando o movimento sindical com sindicatos democráticos e representativos, dentro de uma perspectiva de transformação social.

Para além de organizar a luta por melhores condições de trabalho, defesa dos direitos e qualidade de vida, os sindicatos precisam estar sintonizados com as mudanças na sociedade e as novas formas de comunicação. É preciso que os trabalhadores e trabalhadoras entendam que os sindicatos podem e devem ser espaço de debates políticos, promover atividades culturais, esportivas, de formação, locais de encontro e lazer para todos: homens e mulheres, da ativa e aposentados, pensionistas, familiares, servidores mais antigos e mais jovens, e para toda comunidade na qual a entidade está inserida.

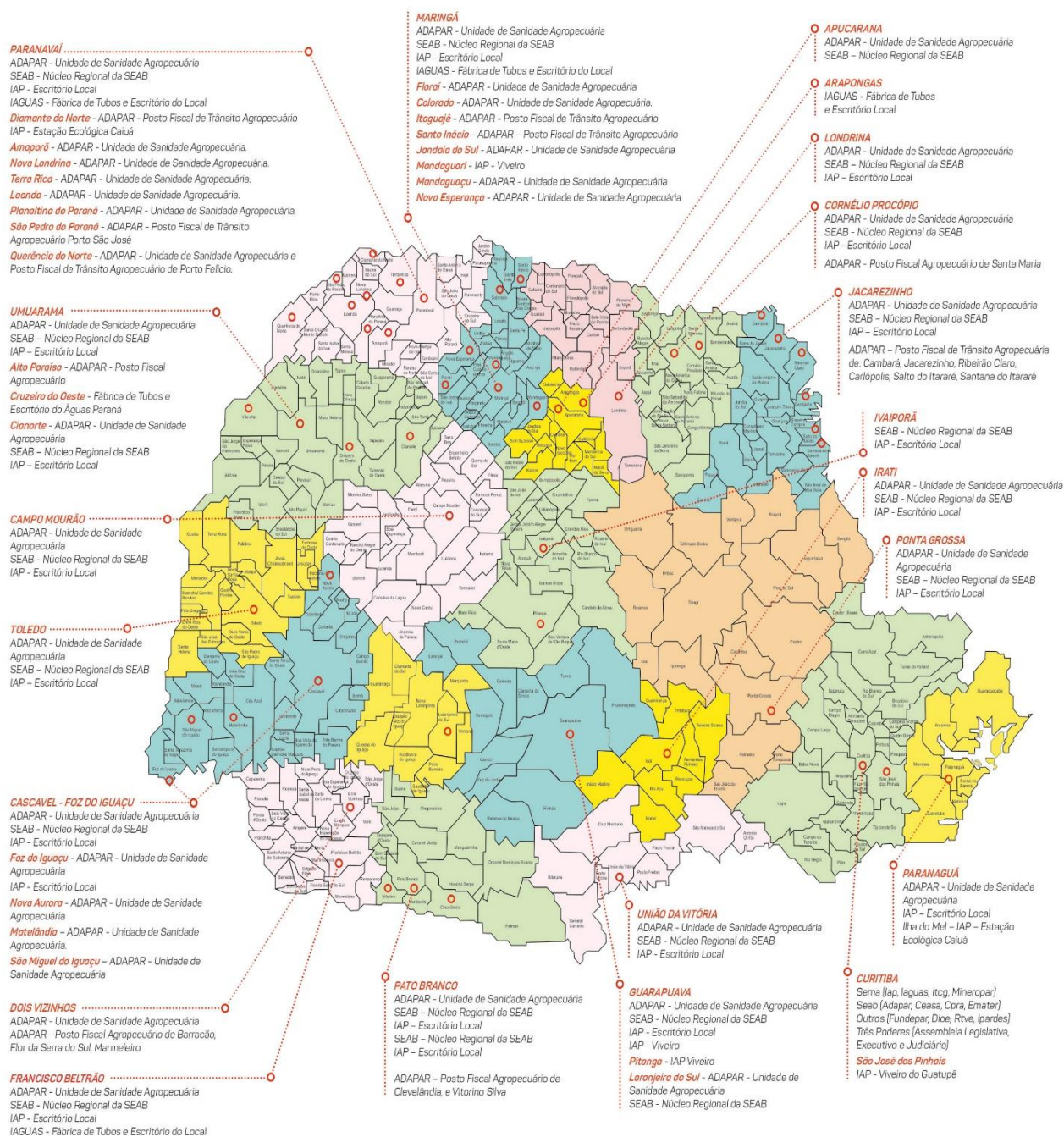
2. A ATUAÇÃO DO SINDISEAB SE DÁ CONTINUAMENTE POR MEIO DE INTENSA MOBILIZAÇÃO

Todos os recursos foram aplicados nas atividades lastreadas pelo Estatuto Social, nas deliberações e nos anseios da categoria expressos na plataforma de trabalho 2016-2019.

Apesar do período adverso, a direção do sindicato não poupou esforços na luta pela defesa dos direitos das categorias. Foram realizadas inúmeras assembleias, plenárias, seminários, reuniões, visitas a todos os núcleos sindicais e a vários locais de trabalho, na capital e em todas as regiões do estado, inclusive com a presença de advogados.

Na luta unificada, junto aos outros sindicatos do FES, negociou com o governo, estive presentes na Assembleia Legislativa e fez o enfrentamento quando necessário com mobilizações, protestos, acampamentos e paralisações. O sindicato participou também de atividades em Santa Catarina, Brasília, Recife e até na Argentina.

Infográfico da atuação sindical, período 2016-2019



- RECIFE**
Congresso Nacional de Servidores Públicos
- BRASÍLIA**
Congresso Nacional - Reformas da Previdência e Trabalhista
Superior Tribunal Federal - ADI 5530
- SÃO PAULO**
Congressos Nacionais da CUT
- ARGENTINA - BUENOS AIRES**
Conferência Democrática Internacional

Fonte: Relatório de atividades gestão 2016-2019 - SINDISEAB.

Autor: Carlos Deitos

2.1 OS INVESTIMENTOS NA ESTRUTURA, FUNCIONÁRIOS E ASSESSORIAS DO SINDISEAB

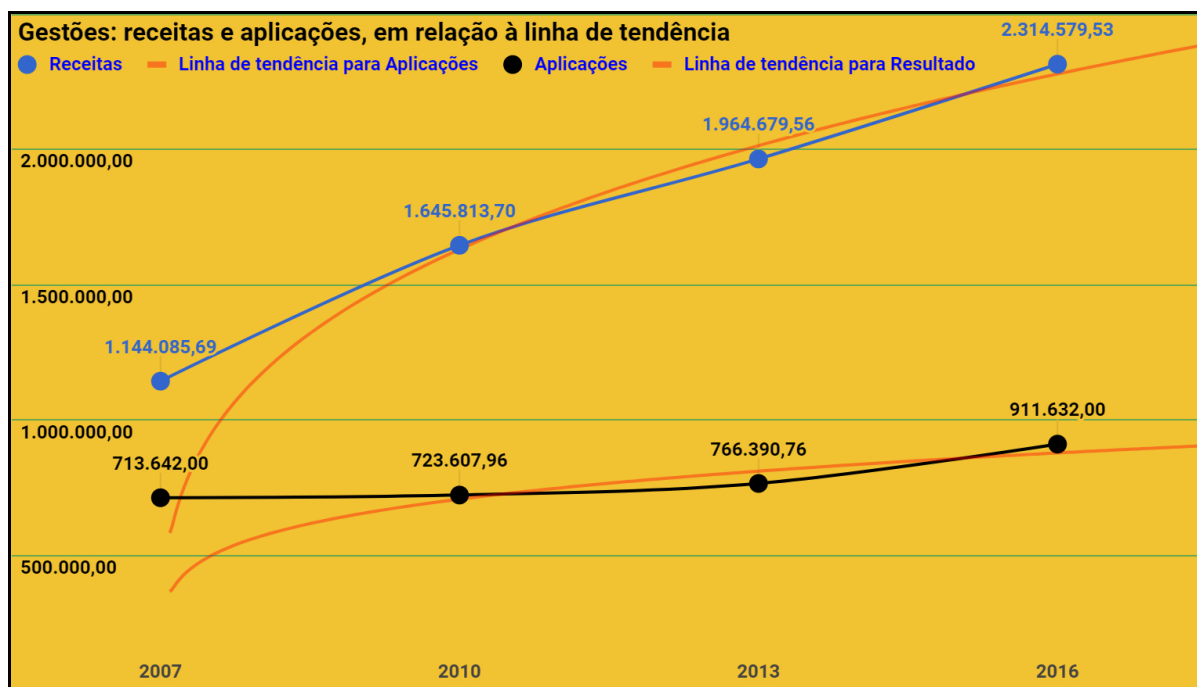
Conforme definido nas propostas da chapa, o sindicato adquiriu equipamentos de informática como computadores, notebook, cartões de memória, scanner, HD e carregadores portáteis. Investiu também na atualização do site e sistema de gestão. O sindicato comprou ainda utensílios do dia a dia como garrafas térmicas e aquecedores; e providenciou móveis mais adequados; instalação do portão eletrônico, pintura da sede do sindicato, manutenção completa no veículo.

2.2 RECEITAS DO SINDISEAB ESTÃO ACIMA DA LINHA DE TENDÊNCIA

A perseguição aos sindicatos e dirigentes se intensificou. Falta de reajustes, de reposição de pessoal, envelhecimento da base, mortes, eleições de políticos descomprometidos com as pautas da classe trabalhadora; todo esse ambiente adverso impactou na perda de filiados e de receitas do sindicato. Esta é uma preocupante realidade de todo o movimento sindical brasileiro.

Os sindicatos têm sofrido com calúnias constantes justamente porque são as entidades que tem o dever constitucional de defender os direitos da classe trabalhadora. Infelizmente a onda de notícias falsas seduziram trabalhadores e trabalhadoras que ainda não desenvolveram a consciência política, mesmo frente à onda de retirada dos direitos com as reformas trabalhista, administrativa e da previdência. Ainda assim as receitas e investimentos do SINDISEAB fecharam o exercício de 2018 acima da linha de tendência.

Demonstrativo de evolução das receitas e aplicações das últimas quatro gestões



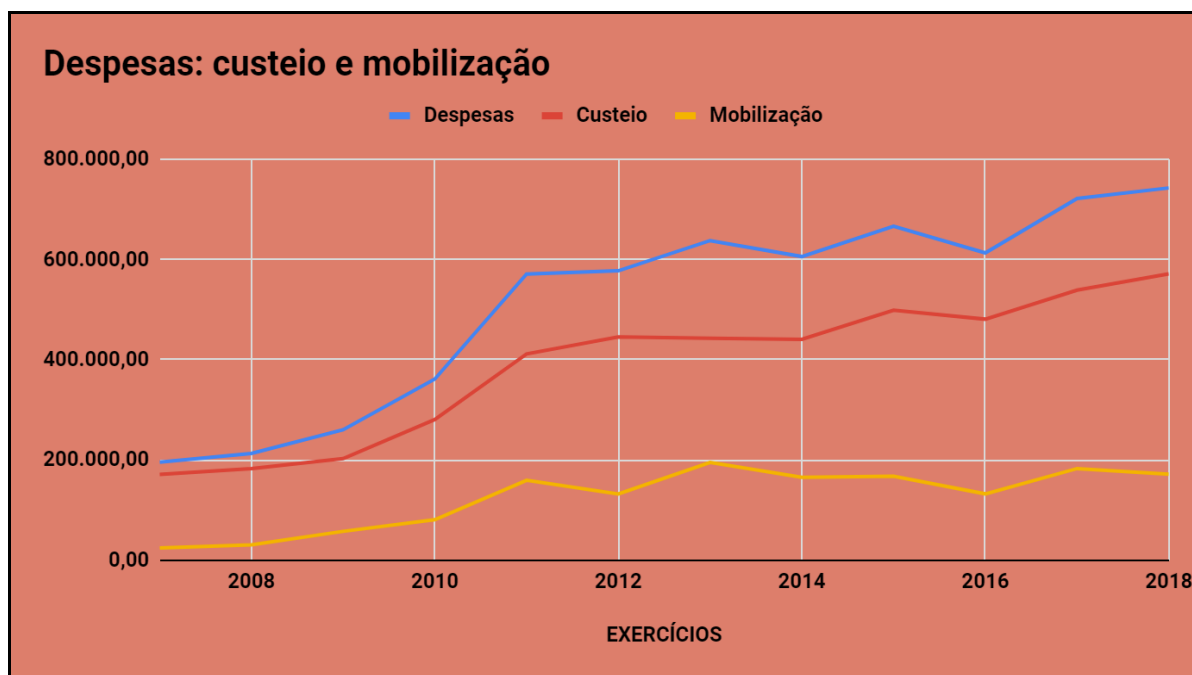
Fonte: Contabilidade do SINDISEAB (Balanços Patrimoniais)

Autor: Donizetti Aparecido Rosa da Silva – CRC PR-038953/O-6

2.3 PARCERIAS ENTRE SINDICATOS PERMITEM FAZER MAIS COM MENOS

Na evolução das despesas, apesar do grande volume de mobilizações em 2018 - com atividades em todo o estado e vários meses de acampamento em Curitiba - nota-se um recuo nos gastos com mobilização, fruto das parcerias com os demais sindicatos.

Demonstrativo de evolução de despesas, custeio e mobilização, período 2008 a 2018



Fonte: Contabilidade do SINDISEAB (Balanços Patrimoniais)

Autor: Donizetti Aparecido Rosa da Silva – CRC PR-038953/O-6

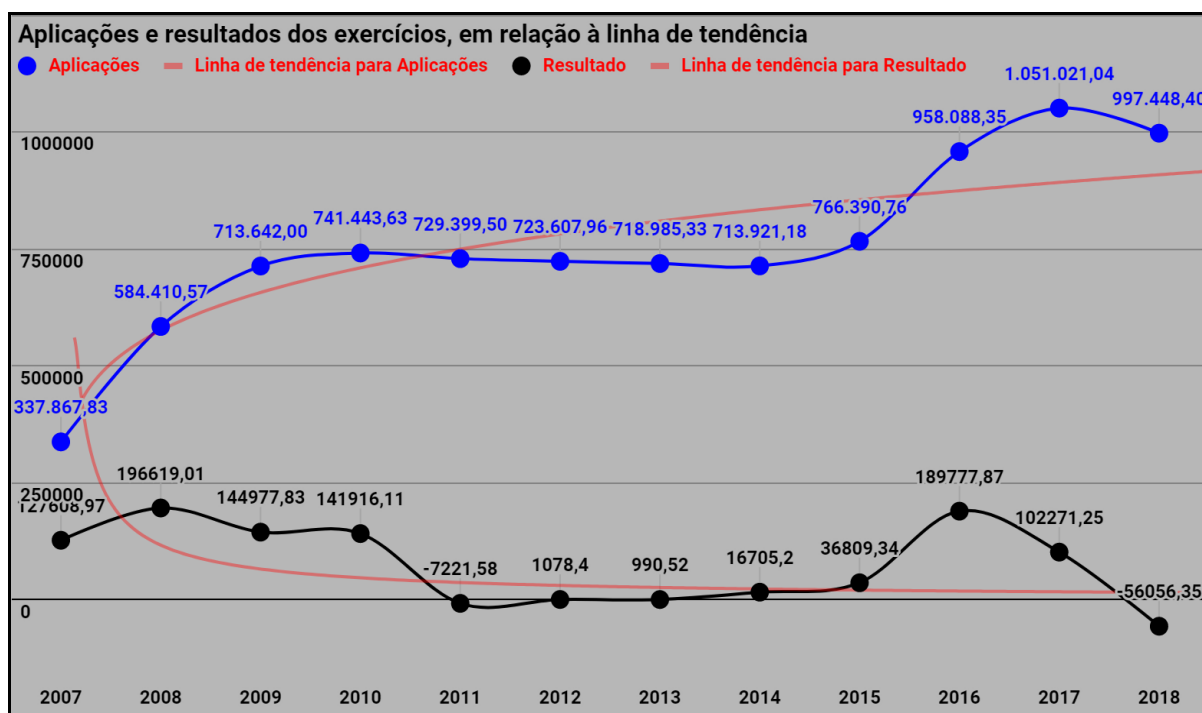
2.4 ORÇAMENTOS SUPERAVITÁRIOS

Comparados ao longo do tempo, num período de 11 anos, os recursos disponíveis se mantiveram acima da linha de tendência. O planejamento da gestão como um todo é superavitário. O déficit de 56 mil reais do exercício de 2018 é oriundo da decisão da categoria de aujizar o não reajuste da data base⁴. O investimento em assessorias e custas judiciais em

⁴ FUNCIONALISMO DO PODER EXECUTIVO SEM DATA BASE DESDE JANEIRO DE 2016. A Lei PR nº 15.512, de 31/05/2007, definiu: maio é o mês de reajuste salarial (Data Base), concedendo um reajuste de 5%. A partir dessa lei da data base, nos anos seguintes e com leis anuais, vieram outros reajustes salariais: 2008 (6%), 2009 (5%), 2010 (5%), 2011 (6,5%), 2012 (5,1%), 2013 (6,49%), 2014 (6,28%), 2015 (3,48%) e 2016 (10,67%). A nova Lei 18.493 de 24 de junho de 2015, além de definir o reajuste de 3,45% em outubro de 2015, possibilitou o índice de 10,67% em janeiro de 2016, fixou, em seu Artigo 3º, as regras para os reajustes do ano de 2017: “Estabelece o dia 1º de janeiro de 2017 e o dia 1º de maio de 2017, para a revisão geral anual da referência salarial inicial das tabelas de vencimento básico ou de subsídio. §1º Para o reajuste de 1º de janeiro de 2017, a revisão

2018 somaram 178 mil reais. Foram pagos, sem previsão orçamentária, 65 mil reais de despesas para elaboração de cálculos prévios da data base para aproximadamente de 300 sindicalizados. Foram emprestados em torno de 6 mil reais ao FES referentes a campanha de mídias, devolvidos ao SINDISEAB, mas, após o fechamento do exercício.

Demonstrativo de evolução de aplicações e resultado de 2007 a 2018



Fonte: Contabilidade do SINDISEAB (Balanços Patrimoniais)

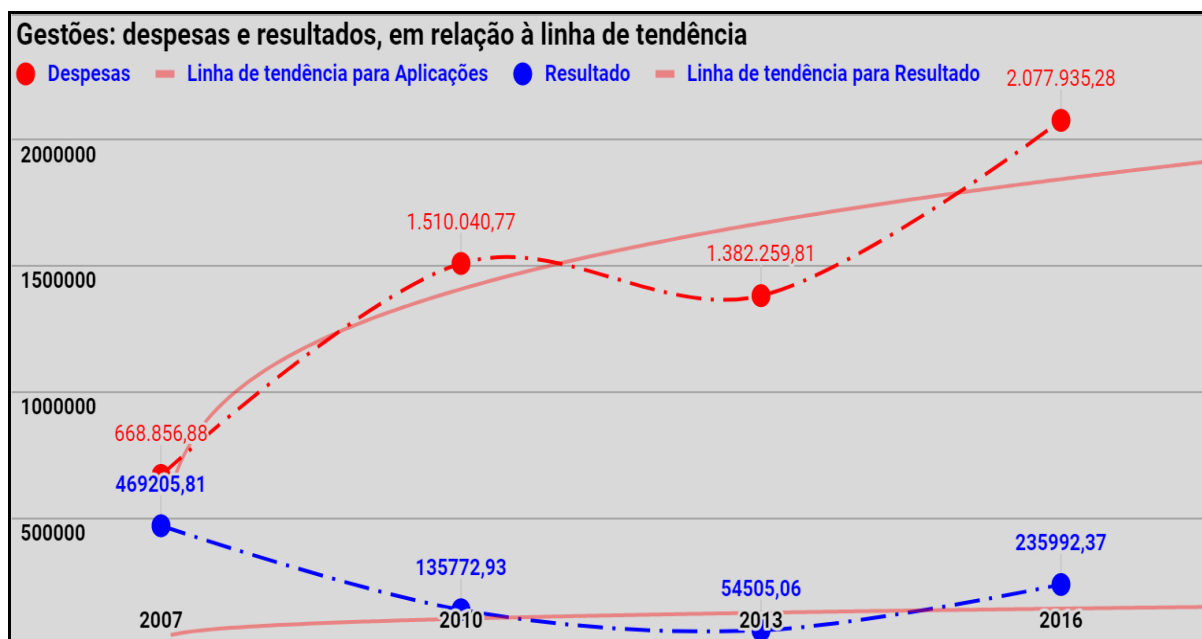
Autor: Donizetti Aparecido Rosa da Silva – CRC PR-038953/O-6

geral a que se refere o caput deste artigo será implantada pelo Poder Executivo, em percentual equivalente ao IPCA acumulado entre os meses de janeiro de 2016 a dezembro de 2016. §2º Fica, ainda, estipulado o percentual de 1% (um por cento) de adicional de data-base relativo à compensação dos meses não pagos do ano de 2015. §3º Para a data-base de 1º de maio de 2017, a revisão geral a que se refere o caput deste artigo será implantada pelo Poder Executivo, em percentual equivalente ao IPCA acumulado entre os meses de janeiro de 2017 a abril de 2017. Todavia, não ocorreu a aplicação do reajuste. As atuais tabelas salariais do QPPE - vencimento base tem os seguintes valores iniciais para ingresso nas três carreiras: (AA: Classe III-1 - R\$ 1.015,91; AE: Classe III-1 - R\$ 1.523,85; AP: Classe III-1 - R\$ 3.657,27). Na ADAPAR as atuais tabelas salariais com subsídios que incorporam anuênios e quinquênios, tem os seguintes valores: AFA (2º grau) - R\$ 2.619,58 - Classe C, ref.: 1 e FDA (3º grau) - R\$ 6.548,95 - Classe C, ref.: 1). Os aposentados e pensionistas oriundos dos citados quadros de pessoal do Poder Executivo, são os mais penalizados. A expectativa dos servidores públicos estaduais é que o governo do Paraná cumpra a lei da Data Base, recuperando as perdas e a defasagem salarial do funcionalismo do Poder Executivo. Sem a revisão anual de janeiro a dezembro de 2016, janeiro a dezembro de 2017 e de janeiro a outubro de 2018, as tabelas salariais do QPPE e demais do Poder Executivo, carecem de reposição salarial. A não concessão das reposições salariais devidas nos períodos citados já impõe para os servidores estaduais do Poder Executivo uma “perda da massa salarial”, equivalente a quase duas remunerações mensais (1,7). Fonte: http://www.sindiseab.org.br/assets/uploads/download/Of_57_2018_GOVERNADOR-pauta2019-25063.pdf. Acessado em 20 de março de 2019.

2.5 OS RESULTADOS GERAL DA GESTÃO

Os resultados da gestão ficam acima da linha de tendência dos últimos 10 anos. O que requer atenção é o fato das despesas, pressionadas pelo custeio e ações judiciais, também estarem acima da linha de tendência.

Demonstrativo de evolução de despesas e resultados das últimas quatro gestões



Fonte: Contabilidade do SINDISEAB (Balanços Patrimoniais)

Autor: Donizetti Aparecido Rosa da Silva – CRC PR-038953/O-6

3. METODOLOGIA

A pesquisa foi feita a partir de levantamento e análise bibliográfica de artigos, reportagens e documentários sobre o movimento sindical, reformas trabalhistas, administrativa e previdenciária, e análise das prestações de contas e dos balanços contábeis do SINDISEAB dos últimos 11 anos. Pelo mesmo método foi feito um levantamento no site do SINDISEAB das informações disponíveis das atividades do sindicato desde o ano de 2007.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A REALIDADE DOS SINDICATOS NO BRASIL HOJE

A Lei nº 13.467 de 13 de julho de 2017, mais conhecida como Reforma Trabalhista, alterou substancialmente a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT⁵. As novas regras alteraram a rotina e relações de patrões e trabalhadores. A lei tem alto número de dispositivos de alteração da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT): mais de 100 pontos foram modificados.

A consequência foi imediata na organização dos trabalhadores. Os Sindicatos tiveram os recursos drenados pelo fim da obrigatoriedade da contribuição sindical. Segundo reportagem do Jornal Estadão, publicada no dia 05 de março de 2019, dados oficiais mostram que em 2018, primeiro ano cheio da reforma trabalhista, a arrecadação do imposto caiu quase 90%. A tendência é que o valor seja ainda menor em 2019. O impacto foi maior para os sindicatos de trabalhadores, cujo repasse despencou de R\$ 2,24 bilhões para R\$ 207,6 milhões. No caso dos empresários, foi de R\$ 806 milhões para R\$ 207,6 milhões.

O efeito foi uma brutal queda dos repasses às centrais, confederações, federações e sindicatos. Além de cortar custos com pessoal, imóveis e atividades, incluindo colônia de férias, as alternativas passam por fusões de entidades.

4.2 A REALIDADE DOS SINDICATOS NO PARANÁ

Em vigor desde 2017 a Reforma Trabalhista casou um grave desequilíbrio financeiro nos sindicatos porque pôs fim à chamada contribuição sindical compulsória. Os sindicatos que não fecharam as portas tiveram de cortar drasticamente as despesas (O PARANÁ, setembro de 2018).

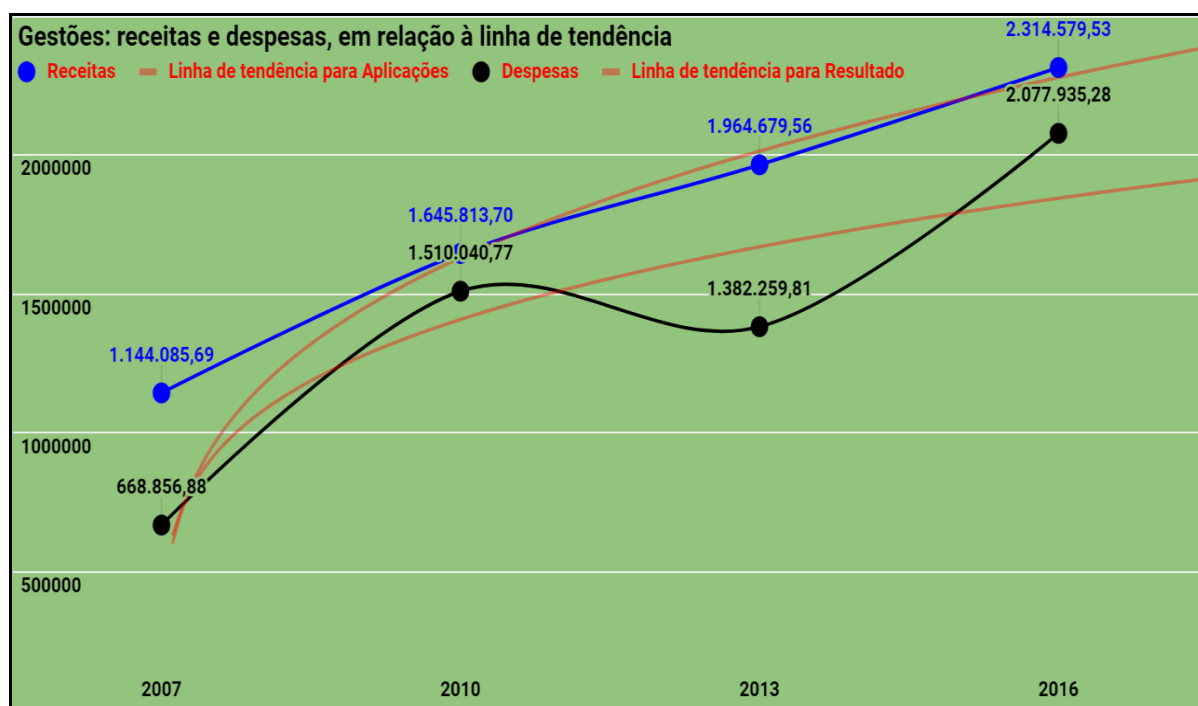
⁵ A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) é uma lei do Brasil referente ao direito do trabalho e ao direito processual do trabalho. Ela foi criada através do Decreto-Lei n.º 5 452, de 1 de maio de 1943 e sancionada pelo então presidente Getúlio Vargas durante o período do Estado Novo, entre 1937 e 1945, unificando toda legislação trabalhista e existente no Brasil. Alguns analistas afirmam que ela foi fortemente inspirada na Carta del Lavoro do governo fascista de Benito Mussolini na Itália, enquanto outros consideram isso como uma mistificação. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Consolida%C3%A7%C3%A3o_das_Leis_do_Trabalho. Acessado em 20 de março de 2019.

Tanto os sindicatos de trabalhadores do setor privado quanto do setor público vivem uma realidade de demissões, fechamento de subsedes, vendas de espaços de lazer, e novos serviços cobrados dos sindicalizados. Essas são, doravante, algumas das providências tomadas por sindicatos para sobreviverem após o fim da obrigatoriedade do imposto sindical. De acordo com o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), foram fechados pelo menos 110 postos de trabalho em sindicatos e entidades afins só em Londrina, de janeiro a julho de 2018 (FOLHA DE LONDRINA, 21.08.2018).

4.3 A REALIDADE DO SINDISEAB

A política de retirada de direito da classe trabalhadora, o acirramento da luta de classe, ataques aos sindicatos, dificultam a atividade sindical. No serviço público convivemos com a não reposição de pessoal e a falta de reajustes nos salários. Constatou-se que o SINDISEAB se utilizava do imposto sindical também, de forma indireta. Os cursos de formação desenvolvidos nos últimos anos, estrutura para os processos eleitorais das direções do sindicato, foram todos em parcerias com entidades Cutistas, com despesas pagas por meio do imposto sindical. Já as despesas de custeio e ação sindical são custeadas pelas mensalidades pagas pelos sindicalizados. Além das mensalidades o sindicato possui uma reserva financeira correspondente a 15 vezes à sua receita mensal. A queda nas receitas, no entanto, já é uma realidade que deverá trazer as receitas pra abaixo da linha de tendência nos próximos exercícios. As despesas já estão acima da linha de tendência.

Gráfico da evolução de receitas e despesas em relação à linha de tendência



Fonte: Contabilidade do SINDISEAB (Balanços Patrimoniais)

Autor: Donizetti Aparecido Rosa da Silva – CRC PR-038953/O-6

4.4 AS AFIRMAÇÕES DAS CENTRAIS PARANAENSES SOBRE O FIM DO IMPOSTO SINDICAL

O Presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores), Paulo Rossi, afirma que somente na central, estão pelo menos 200 sindicatos que representam mais de 700 mil trabalhadores por todo o Estado, na maior central do Estado e a segunda maior do País, a arrecadação das entidades caiu em torno de 80%. “Fechamento de sindicatos não houve, mas, 98% deles tiveram de se readequar, cortar despesas, houve muitas demissões, em torno de 30% até 60% dos quadros, revisões de contratos de assessoria (...) Também temos notado um forte movimento de sindicatos que deverão se fundir para diminuir as despesas e se readequar às novas regras”, revela.

O Secretário Geral da CUT (Central única dos Trabalhadores), Márcio Kieller, afirma que o fim da obrigatoriedade da contribuição compulsória gerou um impacto na vida ordinária dos sindicatos ligados à central. “Mas nós, da CUT, temos uma compreensão estatutária, somos contra o imposto sindical da forma como era cobrado, de forma obrigatória, sem questionar o trabalhador se ele queria ou não colocar o dinheiro na mão dos sindicatos. Achemos que o financiamento é fundamental e necessário, mas precisa ser fruto da categoria, de forma voluntária, que cada um banque seu sindicato, porém, entendemos que muitos sindicatos dependem do imposto e estão sofrendo com essa mudança”, explica. A CUT no Paraná representa 605 mil trabalhadores e aparece como a segunda maior central do Estado, englobando 172 entidades por todo o Paraná. Somando à UGT, são mais de 1,3 milhão de trabalhadores e trabalhadoras representadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão 2016-2019 cumpriu a sua missão, o importante papel de gerir os interesses da categoria, investindo na informatização do sindicato, e na valorização dos funcionários e assessorias. A eleição de um presidente de “chão de fábrica”, negro, do interior, foi importante para o enfrentamento da discriminação racial ainda presente no Brasil, e deu voz a pluralidade de pensamento, novas ideias e experiências. Ganhou o SINDISEAB, os trabalhadores e as trabalhadoras, a democracia.

A realidade do SINDISEAB não é diferente da dos demais sindicatos brasileiros. O SINDISEAB tem uma condição confortável, mantida pela responsabilidade e austeridade de várias gestões aos longo de todo o período pesquisado. Porém, para manter essa condição, doravante, será necessário harmonizar a evolução de receitas e despesas à linha de tendência, equilibrar os gastos às receitas existentes.

As alternativas para manutenção e ampliação das receitas e redução das despesas disponíveis e que já estão sendo adotadas pelos demais sindicatos são:

- Conscientizar a categoria e ampliar o número de filiados;
- Renegociar contratos e acordos firmados;
- Adequar a atividade sindical à disponibilidade financeira;
- Promover programa de demissão voluntária de funcionários.

REFERÊNCIAS

1. SINDISEAB. Prestação de contas. Balanços Patrimoniais dos períodos 2007 a 2019. Disponível em <http://sindiseab.org.br/documentos/prestacao-de-contas/14>. Acessado em março de 2019.
- _____. Prestação de contas. Disponível em <http://sindiseab.org.br/noticias/prestacao-de-contas/14>. Acessado em março de 2019.
2. _____. Relatório de atividades da gestão. Disponível em http://www.sindiseab.org.br/assets/uploads/download/2018_Relatorio_de_atividades_da_gestao_2016-2019-42966.pdf. Acessado em março de 2019.
3. _____. Plataforma de Trabalho da Gestão 2016-2019. Jornal da Chapa. SINDISEAB – Tradição, Novos Tempos, Novas Ideias. Disponível em http://www.sindiseab.org.br/uploads/download/TNTNI_jornalSINDISEAB_2.pdf. Acessado em março de 2019.
4. _____. Estatuto Social do SINDISEAB. Disponível em <http://sindiseab.org.br/uploads/estatuto/estatuto.pdf>. Acessado em março de 2019.

5. SINJUS – MG. Os desafios do movimento sindical na atualidade. <http://www.sinjus.org.br/os-desafios-do-movimento-sindical-na-atualidade/>. Acessado em março de 2019.
6. VEJA. Em agonia sindicatos demitem e vendem imóveis para sobreviver. <https://veja.abril.com.br/economia/em-agonia-sindicatos-demitem-e-vendem-imoveis-para-sobreviver/>. Acessado em março de 2019.
7. XERPA. O que é a reforma trabalhista. <https://www.xerpa.com.br/blog/o-que-e-reforma-trabalhista/>. Acessado em março de 2019.
8. UOL. Sindicatos perdem 90% da contribuição sindical. <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2019/03/05/sindicatos-perdem-90-da-contribuicao-sindical-no-1-ano-da-reforma-trabalhista.htm>. Acessado em março de 2019.
9. _____. Reforma Trabalhista. <https://economia.uol.com.br/temas/reforma-trabalhista/>. Acessado em março de 2019.
10. BRASIL. Lei 13467/2017. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm. Acessado em março de 2019.
11. FOLHA DE LONDRINA. Imposto sindical cai até 90% e sindicatos fazem demissões. <https://www.folhadelondrina.com.br/economia/imposto-sindical-cai-ate-91-e-sindicatos-fazem-demissoes-1013256.html>. Acessado em março de 2019.
12. O PARANÁ. Arrecadação de sindicatos cai até 80%. <https://oparana.com.br/noticia/arrecadacao-de-sindicatos-cai-80-apos-a-reforma/>. Acessado em março de 2019.